

CONGRESSO

ACM quer votar 27 processos contra senadores

Presidente da Casa conta com apoio de colegas para tentar resolver até o fim de novembro todos os pedidos de autorização apresentados pelo Supremo, alguns engavetados há seis anos

ROSA COSTA

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), conseguiu o apoio dos colegas para desengavetar 27 processos em que o Supremo Tribunal Federal (STF) pede autorização para processar senadores. Há pedidos que aguardam a decisão do Senado há seis anos. "Até o fim de novembro, todos estarão votados", antecipou ACM, na reunião que convocou quinta-feira. O senador argumentou que não há justificativa para manter a questão em suspenso.

O senador é citado como réu em três desses processos. Dois movidos por seus tradicionais adversários políticos, o ex-governador da Bahia Nilo Coelho e o ex-ministro do Bem Estar-Social Jutahy Magalhães Júnior, e o outro pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Édson Vidigal. Nilo Coelho entrou com queixa-crime porque ACM, quando governador, soltou 4 ladrões e 150 detidos por pequenos furtos para protestar pela demora da Justiça em decidir sobre as denúncias que havia feito contra o próprio ex-governador. Jutahy sentiu sua honra atingida pelas

acusações do senador contra sua administração no ministério de Itamar Franco e Vidigal entrou com ação porque foi chamado de mentiroso por ACM numa revista.

Lista — Nos pedidos de licença do STF são acusados 13 senadores e 4 ex-senadores, entre os quais um já morreu — Ronaldo Aragão (PMDB-RO). Existem quatro processos contra o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), três contra Ernandes Amorim (PPB-RO), dois contra Onofre Quinam (PMDB-GO), dois contra Esperidião Amin (PPB-SC) e dois contra Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Também estão na lista os senadores Lauro Campos (PT-DF), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Júlio Campos (PFL-MT) e Carlos Wilson (PSDB-PE).

A maioria é alvo de denúncias

eleitorais, como Lauro Campos, acusado de ter afixado material de propaganda em local público. Contra Onofre Quinam há uma denúncia por irregularidades cometidas pela empresa Onogás, de sua propriedade. Ernandes Amorim é acusado de ter agredido a socos, quando prefeito de Ariquemes, o enunciante Osmar da Silva.

O caso mais grave e delicado diz respeito ao senador Ronaldo Cunha Lima. Ele é alvo de processo por tentativa de homicídio movido pelo ex-governador da Paraíba Tarcísio Burity.

A Assembléia Legislativa da Paraíba negou licença para processá-lo. Os senadores ficarão em situação difícil, pois terão de dizer se o colega agiu certo ao disparar, quando era governador, um revólver cali-

bre 38 contra Burity. As balas feriram o ex-governador no rosto. O crime ocorreu em 1993, em João Pessoa.

A Constituição estabelece que parlamentares só poderão ser julgados se a Câmara ou o Senado concederem licença ao Supremo para dar andamento ao processo. A Câmara deu autorização ao

Supremo uma única vez, contra o ex-presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) deputado Gustavo de Farias, acusado de desvio de recursos do IPC. A votação é secreta e começa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se a maioria da comissão votar favoravelmente ao julgamento, vai a plenário.

O Senado normalmente demora para examinar os pedidos de licença e rejeita todos eles, com o argumento de que a imunidade parlamentar deve proteger a livre expressão dos políticos, quando se referem a "crimes de opinião" — injúria, calúnia e difamação. Também não autoriza os processos em que há acusação de "crime eleitoral", sob alegação de que as ações são motivadas por disputas e divergências políticas.

CASO MAIS GRAVE É O DE RONALDO CUNHA LIMA, ACUSADO DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO